

**Súmula do Relatório do Grupo de
Trabalho de assessoria técnica à
Comissão Permanente de Prevenção,
Monitorização e Acompanhamento
dos Efeitos da Seca (CPPMAES)**

Fevereiro 2026

Direção de Serviços de Estatística | Divisão de
Estatística | Lisboa | 18 de março de 2026

Avaliação Meteorológica

*O mês de fevereiro de 2026 em Portugal Continental classificou-se como **muito quente** em relação à temperatura do ar e **extremamente chuvoso** em relação à precipitação.*

➤ **Temperatura**

- O valor médio da temperatura média do ar, 11.66°C;
- O valor médio da temperatura máxima do ar, 15.61°C
- O valor mínimo da temperatura mínima do ar, 7.70°C;
- O mês de fevereiro caracterizou-se por valores diários da temperatura média do ar predominantemente acima, ou muito próximo, do valor médio mensal, com destaque para as anomalias positivas nos períodos de 9 a 12 e 21 a 26 de fevereiro;
- Entre 21 e 26 de fevereiro ocorreu uma onda de calor, com a duração de 6 dias, em 4 estações do IPMA localizadas nos distritos de Bragança e Guarda.

➤ **Precipitação**

- O total de precipitação mensal em novembro foi de 241.7 mm;
- Na primeira quinzena, verificou-se a passagem de 2 depressões em Portugal continental (Leonardo e Marta), assim como, a passagem de superfícies frontais associadas às depressões Nils e Oriana, tendo este quadro atmosférico originado precipitação generalizada no território continental, por vezes forte e persistente nos primeiros 20 dias do mês, nas regiões Norte e Centro, e nos primeiros 13 dias, na região Sul.
- O valor da quantidade de precipitação acumulada no ano hidrológico 2025/2026 , até final de fevereiro, 923.8 mm;
- Para o período de 1 outubro 2025 a 28 fevereiro 2026, corresponde ao mais chuvoso dos últimos 30 anos e o 5º desde 1931. De referir que este ano hidrológico já ultrapassou o ano hidrológico mais chuvoso depois de 2000, 2000/2001, registando + 21 mm.



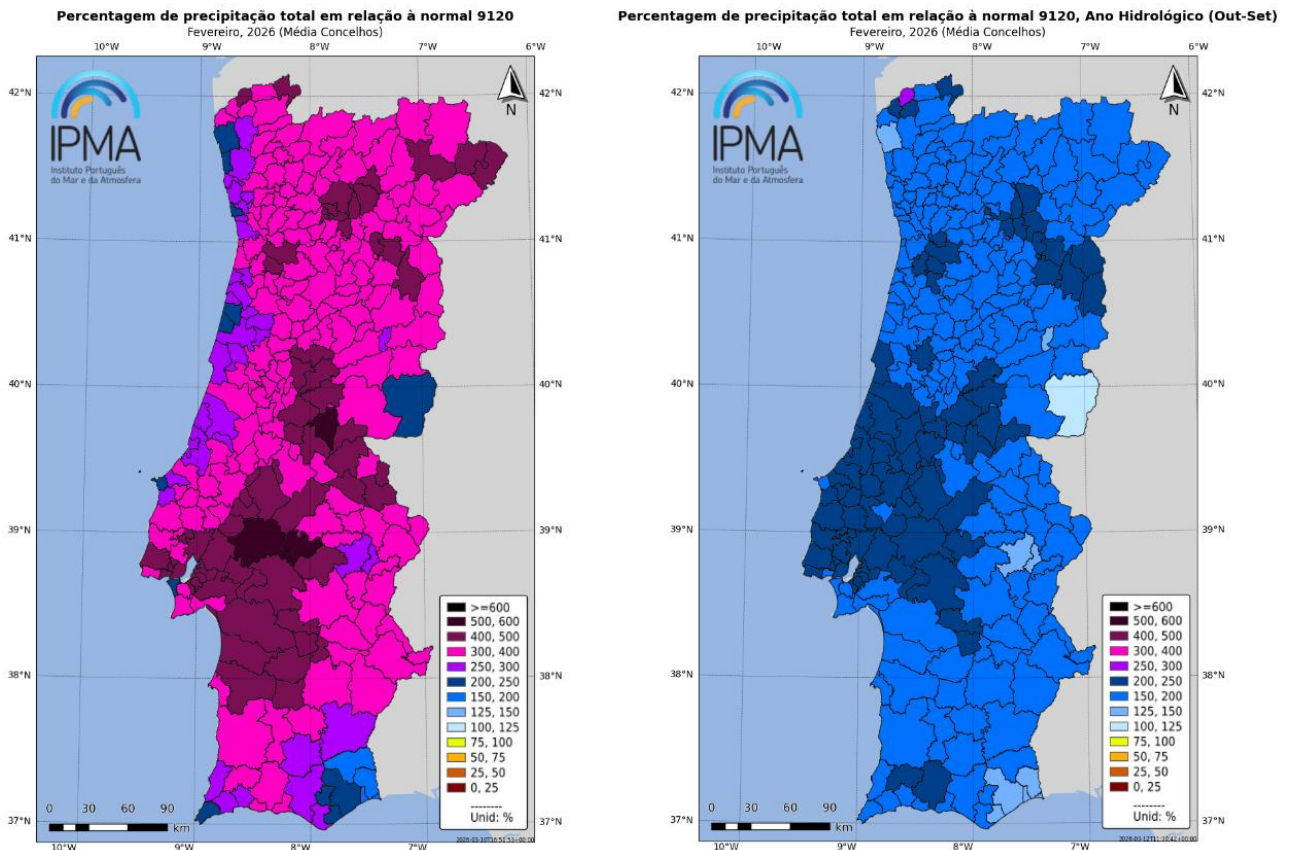


Figura 1 - Distribuição espacial da percentagem da precipitação total (médio concelho) em fevereiro (esq.) e no ano hidrológico 2025/2026 (dir.) em relação à normal climatológica 1991-2020

Seca Meteorológica

- Em termos de distribuição percentual por classes do índice PDSI no território continental, no final de fevereiro verificava-se:
 - **75.1% na classe de chuva extrema**
 - **24.5% na classe chuva severa**
 - **0.4% na classe chuva moderada**

Tabela 1 – Classes do índice PDSI - Percentagem do território afetado entre outubro de 2025 e fevereiro de 2026(Fonte: IPMA)

Classes PDSI	31 Out 2025 (%)	30 Nov 2025 (%)	31 Dez 2025 (%)	31 Jan 2026 (%)	28 Fev 2026 (%)
Chuva extrema	0.0	0.0	0.0	8.3	75.1
Chuva severa	0.0	0.0	4.4	61.7	24.5
Chuva moderada	0.0	12.0	23.5	29.0	0.4
Chuva fraca	1.2	37.7	45.7	1.0	0,0
Normal	32.4	29.7	26.4	0.0	0.0
Seca Fraca	31.8	20.6	0.0	0.0	0.0
Seca Moderada	27.9	0.0	0.0	0.0	0.0
Seca Severa	6.7	0.0	0.0	0.0	0.0
Seca Extrema	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

A Figura 2 apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI, em termos médios por concelho (PDSI), 31 de janeiro de 2025 e a 28 de fevereiro de 2026.

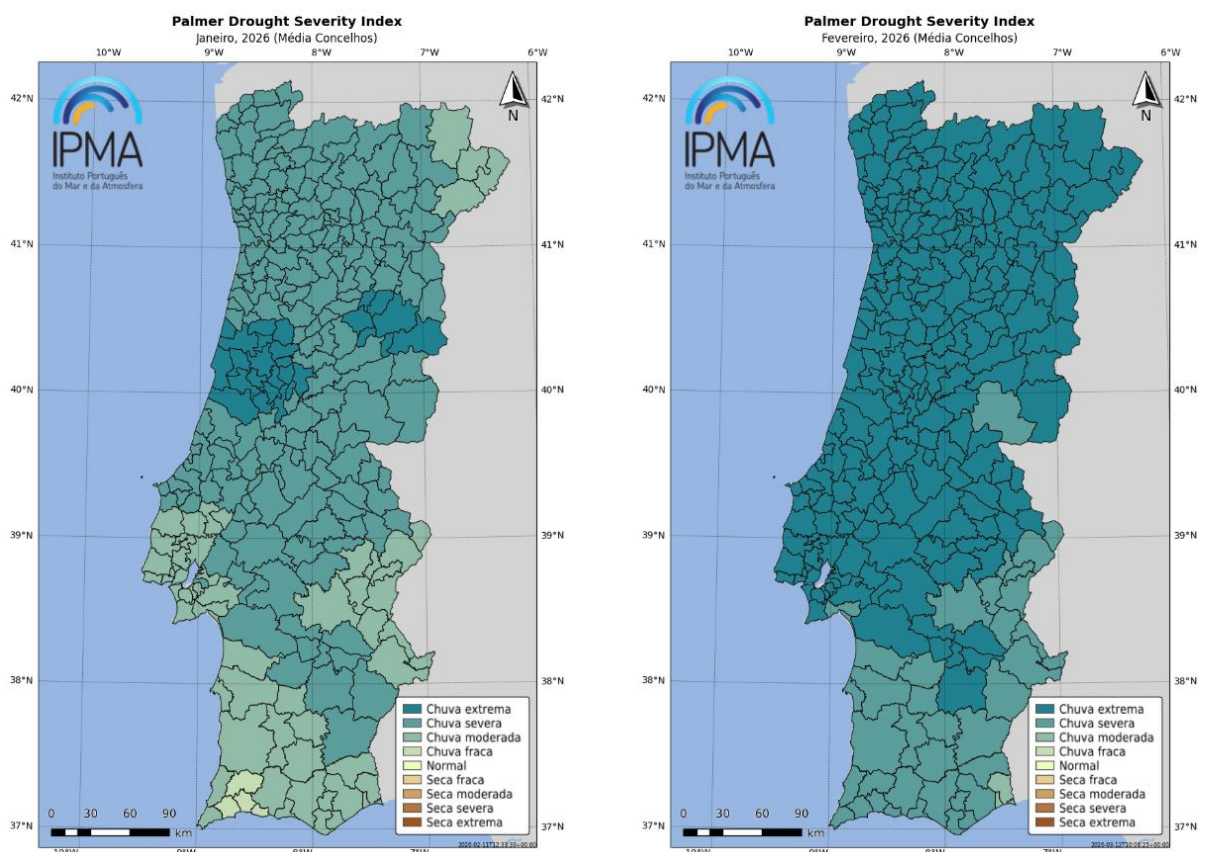


Figura 2 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica (médio concelho) a 31 de janeiro de 2025 a 28 de fevereiro de 2026 (Fonte: IPMA)

▪ Níveis de Alerta para a Seca Agrometeorológica

De acordo com a experiência adquirida nas secas anteriores definiram-se no PLANO DE PREVENÇÃO, MONITORIZAÇÃO E CONTINGÊNCIA PARA SITUAÇÕES DE SECA Níveis de Alerta para a Seca Agrometeorológica.

Os dois mais graves são:

Nível A.2 – “Alerta”: Seca Severa

Maior atenção reservada para o setor agrícola de sequeiro e pecuária extensiva onde se deve acompanhar os seus efeitos mais frequentemente, quinzenalmente, através da avaliação do Estado das culturas.

- Índice PDSI: classe de seca severa (-3.00 a -3.99) em 2 meses consecutivos no período de outubro a março.
- Índice SPI 6 meses em seca moderada a severa

Neste nível prevê-se o desencadeamento de medidas restritivas de alguns usos da água e de reforço dos controlos.

Nível A.3 – “Emergência”: Seca Extrema

- Índice PDSI na classe de seca extrema (-4.00 a -4.99)
- Índice SPI 6 meses em seca severa a extrema

Neste nível prevê-se a imposição de medidas restritivas de alguns usos da água. Em caso de evolução negativa poderão ser impostas medidas de carácter excepcional.

- De acordo com o **índice PDSI¹**, no final de fevereiro não existia seca meteorológica em Portugal Continental verificando-se um agravamento nas classes de chuva, em especial nos concelhos do Norte e Centro e do Alto Alentejo, que estão agora quase todos na classe mais intensa (chuva extrema).

¹ **PDSI** - Palmer Drought Severity Index - Índice que se baseia no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo; permite detetar a ocorrência de períodos de seca e classifica-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).



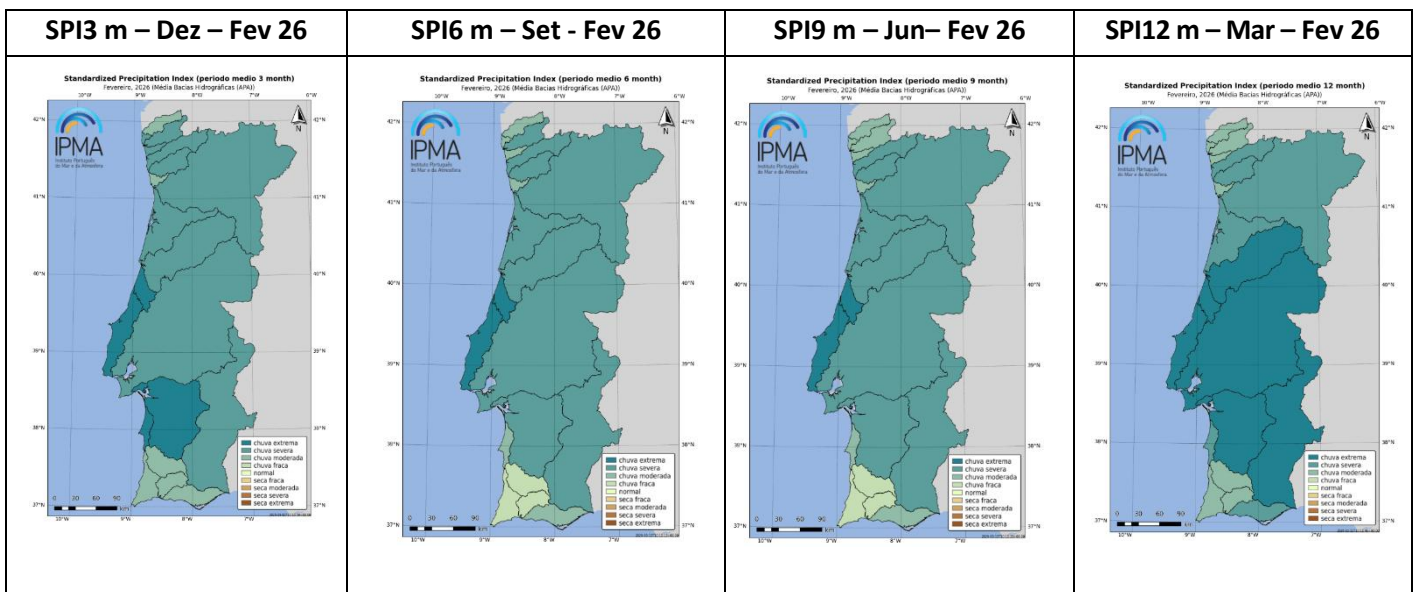
➤ **Índice de seca SPI**

O índice SPI (*Standardized Precipitation Index- Índice padronizado de precipitação*) quantifica o défice ou o excesso de precipitação em diferentes escalas temporais², que refletem o impacto da seca nas diferentes disponibilidades de água.

Na Figura 3 apresenta-se o SPI nas escalas de 3, 6, 9 e 12 meses no final de fevereiro para as principais bacias hidrologicas do território (valor médio por bacia).

Devido à precipitação ocorrida nos últimos meses, nenhuma bacia se encontra nas classes de seca no final de fevereiro, tanto nas escalas mais curtas como nas mais longas, verificando ainda uma intensificação das escalas de chuva.

Figura 3 – Distribuição espacial do índice de seca SPI nas escalas de 3, 6, 9 e 12 meses no final de fevereiro 2026 (Fonte: IPMA)



² As menores escalas, até 6 meses, remetem à seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), entre os 9 e os 12 meses à seca hidrológica com escassez de água refletida no escoamento superficial e nos reservatórios artificiais. As condições do estado da água no solo respondem a anomalias da precipitação numa escala temporal relativamente curta (3 a 6 meses), enquanto os fluxos de água subterrânea e os reservatórios de água respondem a anomalias de precipitação em escalas temporais mais alargadas (9, 12 meses).

Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)³

Segundo a previsão a médio e longo prazo⁴, a interpretação das previsões do Multisistema-C3S e do modelo do Centro Europeu de Previsão a Médio Prazo mostram a seguinte tendência para as próximas semanas:

- **Semana 16/03 a 22/03** – Anomalia positiva: valores acima do normal, para as regiões Centro e Sul (1 a 30 mm).
- **Semana 23/03 a 29/03** – Anomalia positiva: valores acima do normal para as regiões do interior Centro, Lisboa e Vale do Tejo e região Sul (entre 1 mm e 10 mm).

Tendo em conta a previsão para as próximas semanas, com valores de precipitação superiores ao normal, é expectável que continue a não existir seca meteorológica em Portugal continental.

³ <http://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.longo.prazo/mensal/index.jsp?page=prev-182015.html>

⁴ De referir que as previsões meteorológicas de médio e longo prazo assumem um carácter probabilístico, não podendo, por isso, ser admitidas com elevado grau de rigor determinístico e devendo ser continuamente revistas.

Disponibilidades hídricas armazenadas nas albufeiras

Em 28 de fevereiro de 2026, comparativamente ao último dia do mês anterior, registou-se uma descida em quatro bacias hidrográficas e uma subida em onze bacias analisadas.

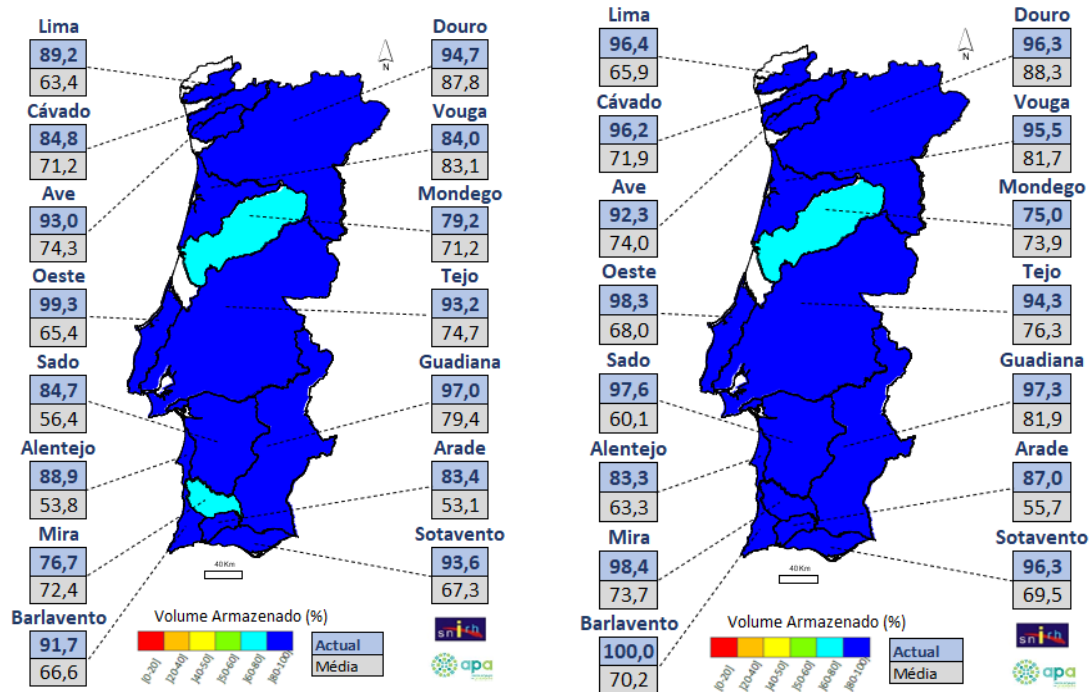


Figura 4 - Situação das albufeiras em janeiro (esquerda) e em fevereiro de 2026 (direita) (Fonte: APA)

Os armazenamentos em 28 de fevereiro de 2026 por bacia hidrográfica apresentam-se superiores às médias de armazenamento de referência para o mês de fevereiro (1990/91 a 2023/24).

As bacias hidrográficas estão acima dos valores observados em fevereiro de 2025, com exceção, na bacia do Mondego. Esta situação deveu-se ao facto de as barragens estarem a efetuar descargas para ganhar capacidade de encaixe, face às inundações ocorridas.

Águas Subterrâneas

No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas apresentam-se, seguidamente, os mapas de evolução dos níveis piezométricos correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro do ano hidrológico 2025-2026, figura 5.

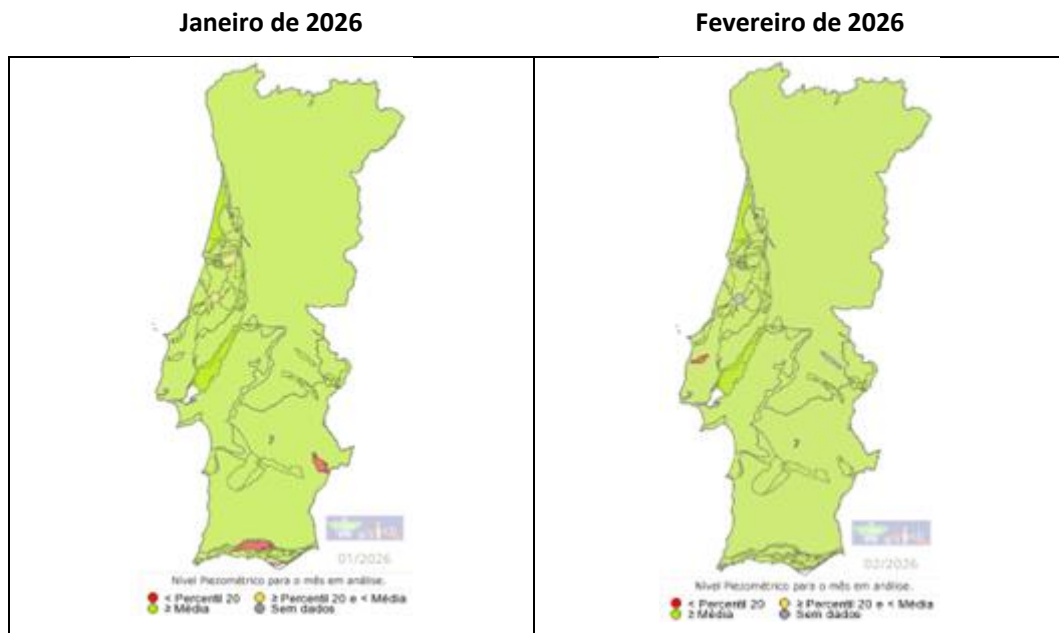


Figura 5- Evolução das reservas hídricas subterrâneas entre janeiro 2026 (esquerda) e fevereiro de 2026 (direita) (Fonte: APA)

Da análise dos mapas, e comparando o mês atual com o anterior, verifica-se que a maior parte do país apresenta uma melhoria significativa nos níveis de água subterrânea, com praticamente todas elas a apresentarem estes acima da média.

➤ **Apreciação Geral**

Atendendo aos eventos pluviosos ocorridos ao longo do passado ano hidrológico e no ano corrente, verifica-se que as massas de água em situação crítica ou em vigilância, na sua generalidade, registam alguns indícios de recuperação, persistindo, ainda, alguns níveis baixos. Face à situação excecional que ocorreu durante o mês de janeiro e de fevereiro, extremamente chuvosos, é necessário ter cautela, pois as massas de água subterrâneas demoram tempo a responder à precipitação e à conseqüente recarga.

De referir que as situações que merecem maior foco de atenção se mantêm nas massas de água Bacia do Tejo-Sado /Margem Esquerda, Moura-Ficalho e em algumas da região do Algarve, que se encontram em situação crítica, devendo permanecer assim até que ocorra uma consolidação da recarga, atendendo

a que os níveis de água subterrânea permanecem, ainda baixos, não obstante haver alguma recuperação.

A APA, I.P., enquanto Autoridade Nacional da Água, deve promover uma utilização sustentável de água, baseada numa proteção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, conforme os termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º, nos artigos 7.º e 8.º e na alínea b) do n.º 1 do artigo 63.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água), na sua redação atual.

Nesse sentido, mantêm-se as restrições de atribuição de novas captações subterrâneas nas massas de água em situação crítica, até que se verifique uma recuperação efetiva dos níveis de água subterrânea.

Reservas de Água nas Albufeiras e Aproveitamento Hidroagrícola

➤ Armazenamentos nas Albufeiras hidroagrícolas

Neste mês verificou-se uma tendência de descida na evolução dos volumes armazenados nas albufeiras, havendo 13 a subir, 20 a descer e 31 sem alteração, parte destas últimas na sua capacidade total.

A norte de Portugal (que inclui a bacia hidrográfica do Tejo), as albufeiras tiveram uma variação do volume armazenado entre -8 % (Aguieira) e 1 % (Minutos). A sul de Portugal existiu uma variação do volume compreendida entre -11% (Caia) e 16% (Monte de Rocha).

A entidade gestora da Barragem de Burgães não comunicou dados e a análise estatística não a contempla.

No final do mês, nenhuma das albufeiras hidroagrícolas tinham armazenamentos inferiores à metade da sua capacidade total, valor que não evidencia a existência de problemas de disponibilidades hídricas em algumas regiões de Portugal continental (figura 6), designadamente nas bacias do Sado, Mira e baixo Guadiana.



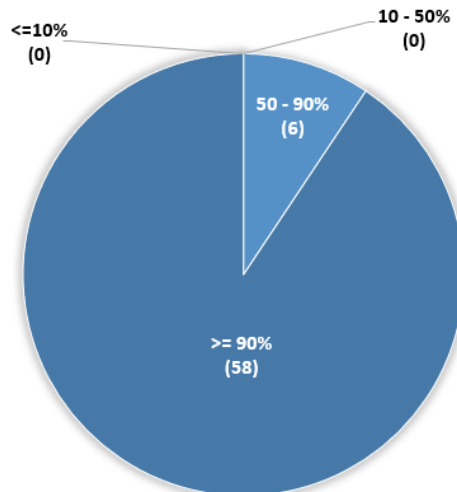


Figura 6- Distribuição do volume total armazenado nas albufeiras hidroagrícolas à data deste relatório (Fonte: DGADR)

Para mais detalhe ver o boletim de Reservas Hídricas e Regadio:

<https://sir.dqadr.gov.pt/outras/reserva-de-agua-nas-albufeiras>

Neste mês, não existem albufeiras com reservas de água para a agricultura esgotadas (nível de contingência 3) nem com restrições significativas (nível de contingência 2 e 1), num total de 64 albufeiras avaliadas.

Independentemente dos volumes úteis atualmente disponíveis, será sempre necessário realizar uma gestão criteriosa dos recursos hídricos (bem escasso e finito), sendo o desafio mais exigente nos aproveitamentos com mais do que uma utilização principal.

Neste contexto, estão aos aproveitamentos do Azibo, Cova da Beira, Caia, Vigia, Roxo, Campilhas e Alto Sado, Mira, Odeleite-Beliche, EFMA e Agueira.

Agricultura e Pecuária

- **Sementeiras de cereais praganosos: como decorreram; como germinaram; aspeto vegetativo das searas; variação das áreas semeadas relativamente ao ano anterior; motivos da variação, caso se tenha verificado**

As condições agrometeorológicas observadas durante o mês de fevereiro, marcadas por precipitação elevada e conseqüente saturação hídrica dos solos, não beneficiaram o desenvolvimento das parcelas semeadas e impossibilitaram a realização de algumas sementeiras planeadas. As áreas instaladas com



cereais para grão registaram uma redução expressiva face à campanha anterior, com particular incidência nas culturas de aveia, trigo mole, triticales e cevada.

Assim, prevê-se uma redução das áreas semeadas de cereais praganosos e uma redução do potencial produtivo das culturas, podendo refletir-se numa diminuição muito acentuada dos rendimentos finais da campanha.

➤ **Prados, pastagens permanentes e forragens:**

As condições meteorológicas, nomeadamente a precipitação constante, não permitiram o aumento da área semeada de pastagens, nem de culturas forrageiras, iniciadas entre outubro/novembro.

Os prados, pastagens e culturas forrageiras, de forma generalizada, continuavam a apresentar um desenvolvimento vegetativo muito estagnado, sendo que a saturação do solo impediu a multiplicação célula e a impossibilidade de efetuar adubações, cuja aplicação só foi possível nos últimos dias do mês. Ainda assim, o fim do mês trouxe algum desenvolvimento vegetativo, quer nas sementeiras, quer nas pastagens espontâneas. Prevê-se uma diminuição da área semeada do azevém, aveia e consociações forrageiras, por comparação como ano passado.

A disponibilidade de matéria verde para alimentação animal, também continuou limitada devido ao alagamento excessivo dos solos, sendo predominantemente assegurada por silagens, fenos, e complementados com rações industriais e alguns suplementos vitamínicos. Apenas, as pastagens de sequeiro e as pastagens pobres localizadas em zonas de encosta e solos bem drenados, apresentavam razoáveis condições para a prática do pastoreio direto ou para o corte de matéria verde.

➤ **Pomares de citrinos: estado vegetativo; produção, quanto aos aspectos de qualidade e quantidade.**

Citrinos

Na região do Algarve, devido às condições climáticas adversas as colheitas dos citrinos tiveram de ser interrompidas. Perspetiva-se o seu retorno no decorrer do mês de março, caso haja as condições o permitam.

➤ **Culturas arbóreas e arbustivas - olival:**

Olival

Os olivais entraram em repouso vegetativo e os agricultores iniciaram as podas, embora com bastante dificuldade devido à precipitação frequente. O vento forte causado pela passagem da depressão *Kristin* provocou alguma queda de oliveiras, nomeadamente na região Centro e no Oeste.



A campanha foi significativamente heterogénea em todo o território. Verificando-se na sub-região Entre Douro e Minho, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve uma qualidade do azeite boa e um rendimento superior ao da campanha do ano anterior. Enquanto nas restantes regiões, nomeadamente, Trás-os-Montes e Alentejo houve um decréscimo na produção de azeite, comparativamente ao ano anterior.

➤ **Abeberamento do gado:**

No mês de fevereiro, o abeberamento animal foi realizado sem qualquer restrição.

